

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES FRENTE AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE IMPORTANCE OF CONTINUING TEACHER TRAINING IN FRONT OF THE AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: AN ANALYSIS FROM CHILDHOOD EDUCATION

Raissa Maria Aragão da SILVA¹ | Olga Cristina Rocha de FREITAS²

RESUMO: A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um grande desafio na atualidade. No âmbito da educação infantil encontramos docentes que nunca viveram ou tiveram experiência em sala com alunos com TEA. Esses docentes ao se enxergarem nessa realidade se sentem inseguros para conduzir ações que auxiliam no desenvolvimento e na inclusão desses alunos, uma vez que a graduação não aprofunda as diferentes patologias existentes na sociedade. Nesse contexto o presente artigo busca verificar em que medida a formação continuada dos docentes contribui para o desenvolvimento e a inclusão do educando com TEA na educação infantil. A pesquisa é exploratória de caráter qualitativo em que foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas abertas, aplicado aos docentes. Também foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista; Formação Continuada; Docente; Educação Infantil; Inclusão.

ABSTRACT: The inclusion of students with Autistic Spectrum Disorder (ASD) is a major challenge today. In the field of early childhood education, we find teachers who have never lived or had experience in the classroom with students with ASD. When these teachers see themselves in this reality, they feel insecure to conduct actions that help in the development and inclusion of these students, since the graduation does not deepen the different pathologies that exist in society. In this context, this article seeks to verify to what extent the continuing education of teachers contributes to the development and inclusion of students with ASD in early childhood education. The research is exploratory of a qualitative character in which a questionnaire with open questions was applied as a research tool, applied to teachers. Documentary and bibliographic research was also used.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Continuing Education; Teacher; Child Education; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar os benefícios que a formação continuada do docente traz para a inclusão e o desenvolvimento do educando com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Os objetivos específicos pautaram-se em: verificar se os docentes da educação infantil têm formação específica para a inclusão escolar de alunos com TEA; conhecer

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Católica de Brasília. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: raissaaragoas@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestre em Neurociência do Comportamento (UnB). Especialista em Gestão Educacional (UNITINS).

o suporte dado pelas instituições para os docentes se inserirem na formação continuada; identificar os principais desafios do educador frente aos alunos com TEA.

A proposta para a elaboração deste artigo surgiu a partir da realização de estágio não obrigatório do curso de Pedagogia, realizado em uma rede particular de ensino na etapa da educação infantil. As experiências vivenciadas com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante o estágio me levaram a várias reflexões, sendo uma delas: a dificuldade de se promover a inclusão quando não se tem o conhecimento específico. Assim a pesquisa busca verificar em que medida a formação continuada dos docentes contribui para o desenvolvimento e a inclusão do educando com TEA na educação infantil.

A metodologia utilizada para abordagem do tema foi à pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Como instrumento de pesquisa utilizou-se um questionário com perguntas abertas buscando conhecer todo o universo que os educandos com TEA na educação infantil estão inseridos. No artigo também foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica.

1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): ASPECTOS CONCEITUAIS

A partir do 5º Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V), o Autismo passou a ser classificado como Transtorno do Espectro Autista- TEA. Para o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais, (DSM-V, p. 75):

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

É importante lembrar que somente na 5ª edição do DSM-V o termo Transtorno do Espectro Autista - TEA surgiu, englobando a Síndrome de Asperger; o Autismo Infantil; o Transtorno Desintegrativo; o Autismo Atípico e a Síndrome de Rett, que nos manuais anteriores eram analisadas como diagnósticos separados. Assim, atualmente uma única classificação diagnóstica é possível.

Os manuais de diagnóstico anteriores também classificavam os sintomas do TEA como: leve, moderado e grave, porém o DSM-V dividiu o transtorno em níveis que vão do 01 ao 03, analisando cada caso e buscando estratégias de intervenção que se encaixam no nível do paciente/educando.

Para Teixeira (2019, p.18) o TEA é:

Uma síndrome de início precoce caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e interação social. Há também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritivos. Essas características são essenciais para que ocorra o diagnóstico e estão presentes em todos os indivíduos com o transtorno.

Nesse cenário, alunos com TEA são bem resistentes a mudança na rotina, alguns não conseguem manter um diálogo longo, muitas vezes mostrando-se irritados e chorosos. Outros repetem com frequência comportamentos inadequados, porém muitas vezes esses comportamentos indevidos são ações que os alunos com TEA não conseguem controlar.

Um estudo publicado em 2014 pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças, órgão Americano, mostrou após um levantamento da Rede de Movimento de Autismo e Transtorno do Desenvolvimento, que a cada 68 crianças, uma apresentava o TEA. Porém, segundo Cardi (2019, p. 19) estudos mais recentes, feito pelo mesmo órgão, mostraram que o autismo afeta atualmente, 1 em cada 59 crianças. Assim Cardi (2019, p. 19) acredita que: “Se considerarmos que a rede pública de ensino do Brasil atende cerca de 37 milhões de alunos (MEC, 2015), pode-se dizer que cerca de 600 mil crianças e adolescentes apresentam alguns dos sintomas do TEA, e isso apenas nas escolas públicas”.

Muitas são as dúvidas sobre a possível causa do TEA. É importante ressaltar que a condição do TEA ocorre em todos os espaços da sociedade e não faz distinção a raça, religião, cor e situação socioeconômica. Teixeira (2019) enumera dois fatores de risco que podem favorecer o desenvolvimento dessas condições comportamentais. O primeiro fator é a genética. Estudos científicos mostram que a genética está ligada ao autismo. Assim crianças que tem pais autistas apresentam 10% de chances de ser acometidos pelo TEA.

O segundo são os fatores ambientais, tais como doenças na gravidez, uso de drogas, entre outros que poderiam produzir alterações de estruturas cerebrais, desencadeando o TEA. É importante lembrar que vários estudos estão sendo feitos constantemente trazendo novas descobertas sobre o universo autista.

De acordo com o DSM 05 (p. 94) é preciso seguir 05 critérios para o diagnóstico e a identificação do Espectro Autista. São eles:

- A) Prejuízo em comunicação e interação social em múltiplos contextos;
- B) Padrão de comportamentos repetitivos e restritivos de interesses ou atividades;
- C) Sintomas devem estar presentes no período de desenvolvimento inicial da criança;
- D) Os sintomas provocam prejuízos significativos no funcionamento social, ocupacional ou outras áreas importantes;
- E) Essas alterações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual ou atraso global do desenvolvimento.

Diante desses critérios é muito importante entender que o diagnóstico só é apontado por uma equipe multidisciplinar que envolve diversos profissionais da saúde. O Diagnóstico é feito através das escalas de avaliação, pois não existem exames laboratoriais ou de imagens que o apontem. Para Brites (2019, p. 44) “A avaliação genética apenas serve para averiguar a possibilidade, associadamente ao autismo, de a criança também ter uma mutação ou anomalia genética”. Outro ponto importante é que cada paciente com o TEA apresenta dificuldades e necessidades diferentes do outro, assim as intervenções devem analisar o contexto da criança.

Conclui-se ressaltando a importância do diagnóstico precoce para o avanço e melhoria do Transtorno ao longo da vida. Nesse contexto o conhecimento do professor pode contribuir grandemente com o diagnóstico e com a inclusão de alunos com TEA que assim como nós merecem viver com respeito, dignidade, e direitos garantidos de uma educação inclusiva e de qualidade.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

Para abordar o TEA na educação infantil é necessário entender e compreender sobre qual etapa de ensino estamos falando e suas especificidades. Analisando brevemente a história da educação infantil observa-se que ela teve como um de seus pioneiros o alemão Friedrich Froebel, no século XIX. Froebel (1782), considerado pai dos jardins de infância, desenvolveu uma pedagogia voltada para a primeira infância e acreditava que o lúdico tinha grande importância no desenvolvimento pessoal e social da criança.

A educação infantil é a primeira etapa da aprendizagem. Ela tem como objetivo o desenvolvimento integral do educando, buscando seu desenvolvimento social, intelectual, motor e emocional. A constituição de 1988 traz em seu artigo 208, inc. I e IV:

I–Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV–Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, (p. 12) conceitua a educação infantil como sendo:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 05 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

As DCNIS ainda contextualizam a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

No âmbito das políticas de inclusão do aluno com TEA na educação infantil, é fundamental falar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva. A PNEE nasce em um contexto de lutas e em prol de ganhos para a inclusão e garantia de direitos da pessoa com deficiência, sendo uma ação política, cultural, social e pedagógica, frente à necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. Desse modo o acesso dos alunos com TEA se dá nas classes regulares, começando com a educação infantil, onde se desenvolve as bases necessárias para a construção de seu conhecimento e desenvolvimento integral.

Para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva (2008, p. 16):

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

É importante lembrar que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN-9394/96) em seu art. 4º inc. III, a educação especial será ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Assim o atendimento em classe especializada só será feito quando não houver condições para a integração do educando nas classes regulares.

Outro documento muito importante na educação infantil e que veio para fortalecer ainda mais a prática educativa e inclusiva frente aos alunos com TEA na educação infantil é a Base Nacional Comum Curricular. A Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017) é:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

É importante enfatizar que a BNCC busca articular com as diretrizes e outras leis da educação embora ressignifique alguns pontos, portanto ela não anula os documentos anteriores. A BNCC traz a criança como centro no processo de aprendizagem, onde o cuidar e o educar, assim como nas Diretrizes da Educação Infantil, são trabalhados de forma articulada e unida. Nesse

contexto é importante lembrar que cada criança com TEA é única e têm seu tempo de desenvolvimento, assim, não se deve fazer comparações, entendendo que cada um tem características próprias e especificidades diferentes. É importante lembrar também que a inclusão desses educandos não é efetivada meramente por leis ou modismo, mas sim por meio da integração participativa da escola, da família, da comunidade, todos em busca de um mesmo objetivo: a inclusão e o desenvolvimento integral dessa criança.

3 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

Vivemos em uma sociedade em que a educação está em constante mudança. Por essa razão é discutido frequentemente a respeito da formação continuada de professores. Nessa formação o docente se torna aluno mais uma vez em busca de novos conhecimentos que auxiliam e melhorem sua prática diária.

A formação continuada traz benefícios para o docente e para o educando uma vez que possibilita criar aulas mais atrativas, críticas e reflexivas, contribuindo para a interação e socialização do aluno e permitindo um aprendizado de forma mais dinâmica. Outro ponto essencial é a contribuição efetiva na inclusão de alunos com TEA na educação infantil.

Libâneo (2004) nos faz refletir sobre uma formação continuada que necessita fazer parte do contexto escolar. Das vivências e desafios que o educador busca intervir e mediar, por isso as experiências anteriores contribuem com essas ações. É muito importante estar capacitado para trabalhar a diversidade, considerando as diferenças e ritmos de aprendizagem de cada aluno.

Libâneo (2004, p.227) ainda afirma:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Freire (2002) nos faz refletir sobre "a educação ser uma forma de intervenção de mundo", logo, podemos entender a formação continuada de professores como um processo em busca de novos conhecimentos, conceitos, descobertas em prol de uma educação de qualidade. É imprescindível que o docente entenda a importância desse processo, buscando desenvolver caminhos que valorize a reflexão permanente de mundo para lidar com situações plurais e diferentes em sua prática.

Nesse contexto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB) – 9394/96 em seu art. 61, parágrafo único estabelece que:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Por outro lado, embora a formação continuada seja de suma importância nesse processo, é possível observar que as instituições de ensino em sua maioria estão longe de serem estruturadas para receberem crianças com autismo. Segundo Brites (2019), a impressão que fica é que para os deficientes físicos algumas medidas ainda foram levadas em frente (questões de estruturas e capacitação), porém quando falamos em crianças com comprometimentos cognitivos, como os alunos que estão no Espectro, pouco foi mudado ou pensado.

Nesse contexto percebemos como o Estado é falho, pois se por um lado temos professores que se sentem inseguros e despreparados para mediar e intervir ações voltadas para alunos com TEA na educação infantil, do outro lado temos o Estado que falha no oferecimento dessa formação tão importante na vida e na prática desse educador. Aqui precisamos enfatizar a obrigação do Estado em ofertar uma educação de qualidade, está que é garantida por lei e direito do cidadão.

Compreender que a formação continuada é um grande avanço na inclusão e no desenvolvimento de alunos com TEA é fundamental na vida do docente, porém, é necessário compreender que esta formação precisa do apoio e união do Estado, das instituições de ensino como um todo, da família e a sociedade em geral, todos e prol de um mesmo objetivo: a inclusão desses educandos.

4 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi exploratória de caráter qualitativo. A pesquisa exploratória segundo Gil (2008, p. 41) “proporciona maior familiaridade com o problema apresentado”. Essa pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Para Demo (1995) a pesquisa qualitativa, leva esse nome por ser uma atividade científica pela qual se descobre a realidade, sem focar em quantidade. Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário. Segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 108) “O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que

expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante.”

Foi utilizada também a pesquisa documental e bibliográfica. Segundo Malheiros (2010) citado para Gil (2008, p. 45):

A Pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Após a aplicação do questionário os dados foram levantados e por meio das respostas das participantes buscou-se analisar a pesquisa de forma reflexiva.

O questionário foi entregue para duas pedagogas da rede particular de ensino e duas pedagogas da rede pública, buscando analisar e comparar as respostas das docentes em todo o contexto que o TEA está inserido. Conforme informado no TCLE assinado pelas participantes, as informações pessoais são sigilosas e serão usadas apenas para os fins dessa pesquisa. Dessa forma as professoras serão mencionadas na pesquisa como A e B para as docentes da rede pública, e C e D para as da rede particular de ensino.

O perfil das participantes está descrito no quadro a seguir:

Perfil das participantes

	Idade	Formação Acadêmica	Tempo de Atuação	Rede de Ensino
Docente A	30	Pós-Graduada	08 anos	Rede pública
Docente B	32	Pós-Graduada	06 anos	Rede Pública
Docente C	25	Pós-Graduada em aprendizagem cognitiva mediada	03 anos	Rede Particular
Docente D	39	Licenciada em Pedagogia	14 anos	Rede Particular

Fonte: Silva (2020)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que o tempo médio de atuação entre as docentes é de 04 anos. Das quatro docentes, três são pós-graduadas e uma é graduada. Vale ressaltar que as participantes responderam o questionário com base em suas experiências na educação infantil.

Na primeira pergunta feita, as participantes responderam **acerca da sua prática docente com alunos com TEA**. Você já trabalhou ou trabalha com alunos autistas? Como foi/ é essa experiência?

Docente A: Sim. Trabalho no Centro de Ensino Especial 01 de Samambaia, em atendimento a alunos diagnosticados com TEA.

Docente B: No início foi um pouco complicado, pois o estudante foi diagnosticado após meu encaminhamento, a família foi resistente. Aos poucos, conseguimos desenvolver algumas habilidades e estabelecer uma rotina para favorecer a socialização com os pais e o aprendizado.

Docente C: Em dois momentos pontuais em minha atuação trabalhei com estudantes autistas. O primeiro contato iniciou em meu estágio remunerado, devido ao meu cargo, compartilhei com a professora a minha percepção sobre o estudante, mas não houve atitude da docente em relação à observação. No ano seguinte virei professora regente da turma, devido a minha preocupação, chamei a família para um diálogo, fui surpreendida, pois os responsáveis já tinham iniciado o processo de investigação. Contribuí no preenchimento do relatório, depois de um tempo veio o laudo. Diante desse caso, ressalto a importância de um olhar cuidadoso da professora regente. A experiência com ele foi incrível, pois todo o dia observava a evolução dele diante das interferências. Atualmente estou em minha segunda vivência com estudantes autistas, acompanho dois estudantes com TEA e novamente ressalto que na realização desse trabalho é necessário conhecer o estudante em sua individualidade, pois cada caso tem suas especificidades.

Docente D: Trabalhei dois anos seguidos (Turma jardim I e II). Foi uma experiência de muito aprendizado e descobertas, sendo desafiador esse processo em que a aceitação dos pais também foi difícil.

Nos relatos é possível constatar que as docentes já trabalharam com crianças com TEA. A docente C, que se formou recentemente em vista das outras docentes, tem uma grande experiência com estes alunos. A professora C tem propriedade no que fala e mostra ter conhecimento sobre o universo do TEA. Observa-se também que das quatro docentes, três lecionam na rede regular de ensino, o que confirma o estudo feito pela Rede de monitoramento de autismo e transtornos do desenvolvimento, realizado nos Estados Unidos no ano de 2018 que mostra que os números de diagnóstico de crianças autistas estão em constante elevação no ensino regular.

Quando questionadas sobre o **conhecimento acerca do TEA (pergunta 02)**, percebe-se que as docentes tiveram um primeiro contato com o assunto na graduação, porém esse contato não foi muito profundo e tiveram que buscar outros meios e fontes para melhor entendimento do assunto, principalmente em meio à prática diária alunos no Espectro. Nos relatos é possível confirmar o pensamento de Brite e Brites (2019) que explanam que “apesar da lei de inclusão ter sido instituída há mais de dez anos e a do autista há mais de cinco anos, os

professores não foram preparados nem treinados periodicamente e sistematicamente como agentes desse processo. É essencial capacitá-los”.

Vejamos o relato das docentes:

Docente A: Cursando Pedagogia, em uma disciplina voltada para área de Educação Especial, fui apresentada a minha vocação e a área de interesse dentro do sistema educacional, eu mergulhei na disciplina, fiz vários cursos, o meu TCC foi voltado também para essa temática e desde então, eu sempre busco especializações, seminários, simpósios sobre o tema.

Docente B: Na faculdade, sempre gostei da psicologia da aprendizagem. E desde então isso tem favorecido minha prática pedagógica. Além disso, busco sempre me atualizar através dos cursos que são ministrados pela Secretaria de Educação.

Docente C: Ao longo da minha formação comecei a ouvir sobre o Transtorno do Espectro Autista, mas não foi um conhecimento aprofundado.

Docente D: A partir do momento em que se tornou difícil a adaptação e convivência dele no âmbito escolar. Necessitou-se buscar ajuda por meio de pesquisas na internet, sites e blogs de especialistas, realizando a leitura de livros e criando ferramentas que possibilitassem o desenvolvimento de aprendizagem significativa para o aluno.

Quando questionadas sobre a **prática de formação continuada (pergunta 03)** foi possível notar que as profissionais têm ciência da importância de estar se atualizando e buscando novos conhecimentos. Sendo assim, entendem que a formação inicial necessita estar articulada com a formação continuada, uma vez que os conhecimentos estão em constante mudança. Nesse contexto pode-se dizer que os pensamentos das docentes estão em consonância com os pensamentos de Libâneo (2004) quando afirma que “a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.”

As respostas foram as seguintes:

Docente A: Sempre. Nesta área é primordial está atualizada as novas temáticas, nomenclaturas, estudos, estratégias. As trocas são essenciais e enriquecedoras.

Docente C: Atualmente faço MBA em aprendizagem cognitiva mediada, sempre busco artigos e livros para auxiliar na minha atuação. Pretendo fazer o curso de ABA. Quando falamos de inclusão, muitas pessoas tendem a “cobrar” uma formação aprofundada apenas de professores e coordenadora, mas todos os profissionais devem estar preparados para acolher bem o estudante.

Docente D: Darei início no semestre seguinte - Pós-graduação em Neuropsicopedagogia para ajudar não só as crianças com TEA, como outras demandas em sala de aula.

Sobre as **dificuldades enfrentadas pelas docentes na prática diária e na inclusão dos alunos com TEA (pergunta 04)**, nota-se que muitas são as dificuldades enfrentadas na prática. A falta de suporte, estrutura e a parceria com a família foram às dificuldades mais citadas. Aqui se faz presente o pensamento de Brites e Brites (2019) quando acreditam que a inclusão no nosso país é extremamente desafiadora e nos leva ao pensamento de como o sistema é falho.

Vejamos os relatos das docentes:

Docente A: No meu ponto de vista, um dos grandes dificultadores, de fato, é o entendimento sobre a inclusão. O sistema nos oferece uma integração, disfarçada de inclusão. Incluir vai muito além de simplesmente inseri-lo no sistema, esta ação será significativa quando a escola estiver preparada para atender todos os seus alunos, em suas especificidades, sem prejuízos a nenhuma das partes, vale ressaltar que estruturalmente, fisicamente e profissionalmente ainda há muito que se fazer. De um lado lidamos com a falta de uma estrutura mínima para receber estes alunos, do outro lidamos com a falta de interesse em se especializar de alguns profissionais.

Docente C: Não posso negar que a inclusão passa por um processo de evolução, mas ela é lenta. Cada instituição tem uma particularidade diferente, mas na maioria das vezes o ponto de maior dificuldade é uma sala numerosa, sem um profissional de apoio para mediar com o estudante. Outro aspecto que pode ser levantado é a falta de formação dos profissionais.

Docente D: A falta de um suporte, conhecimento, parceria entre família e escola e conseguir envolver o aluno nas atividades propostas, pois não é tudo que lhe atrai.

As docentes também foram questionadas sobre a **interação e conscientização dos colegas de classe com os alunos com TEA (perguntas 05 e 06)**. Foi possível identificar que elas compreendem a importância desse processo de interação, que contribui fortemente com a inclusão, além de ensinar aos demais, em relação aos assuntos: respeitar às diferenças, empatia, trabalho em equipe, e várias outras ações e valores que contribuem no desenvolvimento integral do educando enquanto ser humano com direitos e deveres.

E quando foi mencionado sobre a **oferta de formação continuada por parte da instituição de ensino que as docentes lecionam (pergunta 07)**, observa-se que na rede pública de ensino as oportunidades e a oferta são feitas de forma mais efetiva, possibilitando ao docente que tenha essa formação dentro do seu contexto escolar e da prática vivenciada.

Docente A: A formação é ofertada pela EAPE (Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação), e são dois cursos por ano. E dentro do CEE nós temos os grupos de estudos.

Docente C: A escola oferece formações quinzenais para todos os profissionais, trazendo sempre temáticas que envolvem a rotina e os laudos atendidos na escola. As formações são formuladas com bases em metodologias ativas, por esse motivo existe uma grande troca de experiências.

Docente D: Não ofereceu e nem oferece.

Em uma das instituições a docente D relatou que por muitas vezes se sentiu desamparada e sem apoio diante das dificuldades enfrentadas diariamente com o aluno autista, uma vez que ele era agressivo.

Sobre a **estrutura da instituição para a inclusão dos alunos com TEA (pergunta 08)**, percebe-se que tanto as instituições públicas quanto as privadas falham na estrutura, dificultando o processo de inclusão e a prática docente. Nos relatos observam-se como essas situações refletem no dia a dia.

Docente A: Mesmo se tratando de um Centro de Ensino Especial, ainda há muito que fazer para atender adequadamente todos os alunos envolvidos.

Docente C: Os educandos possuem uma professora para fazer as adaptações necessárias, buscando que a inclusão seja efetiva. Possuem direito a uma prova assistida, ou seja, que oferece mais tempo na realização, uma professora disponível para tirar dúvidas e um local silencioso.

Docente D: A escola não tinha estrutura, sendo realizada a adaptação de acordo com as necessidades do aluno.

Quanto aos **possíveis comportamentos dos alunos com TEA (pergunta 09)**, percebe-se que as docentes reconhecem que cada aluno com TEA é único e pode apresentar características diferentes, porém no geral, citaram algumas características que observaram está presente na maioria dos alunos autistas, sendo elas: dificuldade de interação, apego ou fissura a determinados objetos ou assuntos, comportamentos gestuais repetitivos e dificuldades na mudança de rotina.

Em relação à **parceria com a família (pergunta 10)**, essa ainda deixa muito a desejar. Nas respostas observa-se que muitos pais são resistentes ao diagnóstico, alguns não participam efetivamente da vida escolar do aluno, dificultando o processo de aprendizagem e inclusão do educando. Para Brites (2019) essa conduta acontece porque para os pais é muito difícil ser surpreendidos por um diagnóstico do TEA. Nesse contexto observamos que cada família tem suas especificidades e a instituição de ensino precisa mediar com base nelas. As docentes relatam que:

Docente A: Alguns pais são extremamente colaborativos e participativos, outros só vão à escola em reunião, quando vão. A rede de apoio em várias situações acaba sendo a própria equipe escolar.

Docente C: No início do ano os pais fizeram questão de marcar uma reunião com todos os profissionais que atendem os educandos externamente. Ao longo do ano a família está sempre presente e contribuindo no processo.

Docente D: Uma das maiores dificuldades foi à aceitação da família e parceria. Permaneciam resistentes quando eram convocados na escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo é possível concluir que embora a formação continuada traga aprendizagens significativas na vida e no desenvolvimento do educando com TEA na educação infantil, tanto no âmbito escolar como no âmbito social, fortalecendo efetivamente esse processo de inclusão, observa-se que muitas vezes o Estado e as instituições de ensino são falhos no oferecimento e na oferta dessa formação, na estrutura e na capacitação dos profissionais.

Assim é de fundamental importância que O Estado e as instituições de ensino ofereçam os subsídios necessários para esses docentes. Esses profissionais precisam sentir-se acolhidos e amparados nesse processo, que é um processo de desafio a serem superados em todos os sentidos, e a escola melhor do que ninguém precisa entender esse processo.

Notou-se também a necessidade de uma parceria efetiva com os pais, pois para que os objetivos sejam alcançados, as práticas de ambos precisam estar articuladas. Foi possível compreender também que essa formação necessita fazer parte da realidade em que o docente e o educando estão inseridos. Das vivências e desafios que o educador busca mediar e intervir. Compreende-se, desse modo, que a docência é complexa e decisiva na vida do educando. Essa docência necessita ser articulada com a escola, a família, os diversos profissionais e a sociedade em geral, visando sempre o desenvolvimento e a evolução do educando com TEA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**: – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Publicação online, acessada em 10 de janeiro de 2020. Disponível online em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008. Publicação online, acessada em 01 de abril de 2020. Disponível online em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em:

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. Vol. II. 85 p.

BRITES, L.; BRITES, C. 2019. **Mentes únicas**. – São Paulo: Editora Gente. 192 p.

DEMO, P. 1995. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas. 122 p.

DSM- IV: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2002.

EDUCAÇÃO, Ministério. **Formação de professores será norteadada pelas regras da BNCC.** 2018. Publicação online, acessada em 15 de março de 2020. Disponível online em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/72141-formacao-de-professores-sera-norteadada-pelas-regras-da-bncc?Itemid=164>. Acesso em:

FREIRE, Paulo. 1997. **Pedagogia da autonomia.** 58. ed. São Paulo: Editora Paz & Terra. 144 p.

GAIATO, Mayra. 2019. **S.O.S autismo:** guia completo para entender o transtorno do espectro autista. 2. ed / Mayra Gaiato. São Paulo: nVersos. 155 p.

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G. 2019. **O reizinho autista:** Guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo. Ed. nVersos.109 p.

GIL, Antonio Carlos. 2008. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas.

KUHLMANN JR. Moysés. 1998. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação.

LIBÂNEO, José Carlos. 2004. **Organização e gestão da escola:** Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa.

LDB – **Leis de diretrizes e bases.** Lei nº 9.394. 1996. Publicação online, acessada em 10 de dezembro de 2019. Disponível online em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein>. Acesso em:

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. (2013). **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale.

ROMERO, Priscila. (2018). **O aluno autista:** avaliação, inclusão e mediação. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed.Wak. 100 p.

TEIXEIRA, Gustavo. (2019). **Manual do autismo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. BestSeller. 96 p.

VIRTUAL, Católica. **História da Educação e Pensamento Pedagógico Brasileiro,** Publicação online, acessada em 25 de agosto de 2017. http://servicos.catolicavirtual.br/conteudos/bt_cursos/disciplinas/gd_pedagogia/html/historia_educacao_ppb/index.php?_s=c9fa925db3283444a02a76170ac74417&_t=6a8bdef23647a30b448d3894e66a562f&_a=print&_c=%2Fconteudos%2Fbt_cursos%2Fcss%2Fprint-config.css